



PARTE B

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Secretário-Geral

Despacho (extracto) n.º 10 762/2007

Por despacho de 26 de Abril de 2007 do presidente do Grupo Parlamentar do Partido Social-Democrata, a licenciada Ana Zita Bar-

bas Marvão Alves Gomes foi exonerada, a seu pedido, nos termos do n.º 6 do artigo 46.º da Lei de Organização e Funcionamento dos Serviços da Assembleia da República, republicada pela Lei n.º 28/2003, de 30 de Julho, do cargo de assessora técnica do Grupo Parlamentar do Partido Social-Democrata, com efeitos a partir do dia 26 de Abril de 2007, inclusive.

3 de Maio de 2007. — A Secretária-Geral, *Adelina Sá Carvalho*.



PARTE C

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Direcção-Geral das Autarquias Locais

Declaração (extracto) n.º 122/2007

Torna-se público que o Secretário de Estado Adjunto e da Administração Local, por despacho de 6 de Março de 2007, a pedido da Câmara Municipal de Vale de Cambra, declarou a utilidade pública da expropriação urgente das parcelas de terreno a seguir referenciadas e identificadas na planta anexa:

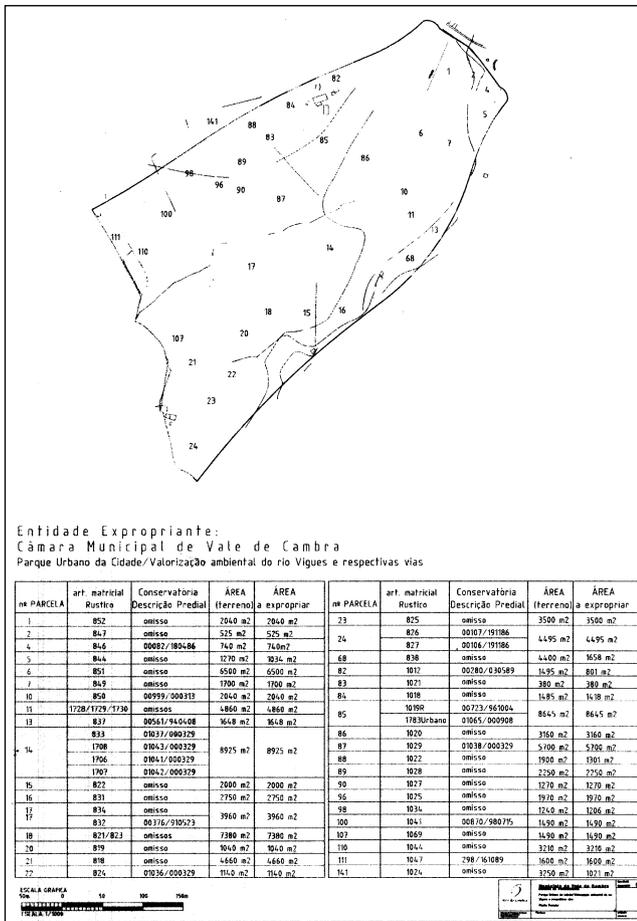
Número da parcela	Proprietário(s)	Usufrutuário	Área da parcela (metros quadrados)	Número de matriz e freguesia Vila Chã		Número da Conservatória do Registo Predial
				Rústico	Urbano	
1	Maria da Natividade de Almeida Pinho Baldaia e marido, Adriano Queirós Baldaia, Felismina de Almeida, Maria Clarisse Tavares Máximo Aguiar e marido, José Eduardo Ribeiro Aguiar, António Tavares de Almeida Máximo e esposa, Jhanny Kelly Tavares, e Clementina Tavares.		2 040	852		Omisso
2	Martinho da Rocha Nadais e esposa, Maria Augusta Gomes de Almeida Gonçalves Nadais.		525	847		Omisso
4	MILFEP — Compra, Venda e Administração de Imóveis, S. A.		740	846		00082
5	Anabela de Albergaria Tavares de Sousa		1 034	844		Omisso
6	Camilo Soares de Almeida e esposa, Rosa Branca Tavares da Silva.		6 500	851		Omisso
7	Maria Amélia Pinto Ribeiro, Fernando Jorge Henriques e esposa, Fernanda Maria Tavares da Silva Henriques, António Henriques e esposa, Bárbara Tavares de Cima, Vítor Manuel Henriques e esposa, Maria da Graça Soares Costa Henriques, e Maria Fernanda Ribeiro Henriques da Silva e Costa e marido, António Manuel Machado da Silva e Costa.		1 700	849		Omisso
10	Maria Teresa Coutinho dos Santos Pinho	Arnaldo Soares de Pinho.	2 040	850		00999
11	Martinho da Rocha Nadais e esposa, Maria Augusta Gomes de Almeida Gonçalves Nadais.		4 860	1 728, 1 729, 1 730		Omissos
13	Alda Leite Martins de Sousa e marido, Daniel Correia de Sousa, Luís Miguel Sousa Leite Martins e esposa, Ana Paula Teixeira Tavares, Sandra Isabel Sousa Leite Martins e marido, Paulo Jorge da Silva Pinho, Marlene Rodrigues Leite Martins, Rosália Rodrigues Leite Martins e marido, Rui Pedro Lima Negrais de Matos, Maria de Lurdes Leite Martins e marido, Vítor Manuel de Almeida, Rosa Assunção de Sousa Leite Martins, e Deolinda da Conceição Jesus Rodrigues.		1 400	837		00561

Número da parcela	Proprietário(s)	Usufrutuário	Área da parcela (metros quadrados)	Número de matriz e freguesia Vila Chã		Número da Conservatória do Registo Predial
				Rústico	Urbano	
14	Maria Amélia Coutinho dos Santos Pinho de Sousa Dias e marido, Carlos Miranda de Sousa Dias.	Arnaldo Soares de Pinho.	8 925	833 1 708, 1 706, 1 707		01037, 01043, 01041, 01042
15	Ana Maria Pinheiro Leite e Cardo, Maria Adelaide Soares Pinheiro Leite e Cardo, Fernando José de Pinho Pinheiro Leite, Maria José Azevedo de Pinho Leite, José Humberto de Pinho Pinheiro Leite, Maria Margarida Pinheiro Leite e Cardo, e António José Pinheiro Leite e Cardo.		2 000	822		Omisso
16	Francisco Fernandes Cubal e esposa, Maria Armada Moura Costa Florido Cubal.		2 750	831		Omisso
17	Emília Rosa e Maria Lídia Carvalho Araújo e marido, Horácio Fernandes.		3 960	834, 832		Omisso 00376
18	Camilo Soares de Almeida e esposa, Rosa Branca Tavares da Silva.		7 380	821, 823		Omissos
20	Francisco Fernandes Cubal e esposa, Maria Armada Moura Costa Florido Cubal.		1 040	819		Omisso
21	Maria Tavares da Silva e Augusto Tavares da Silva e esposa, Maria Rosa de Pinho.		4 660	818		Omisso
22	Maria Amélia Coutinho dos Santos Pinho de Sousa Dias e marido, Carlos Miranda de Sousa Dias.	Arnaldo Soares de Pinho.	1 140	824		01036
23	Ida Martins Cubal		3 500	825		Omisso
24	Custódio Tavares e esposa, Clarinda Tavares Francisco.		4 495	826, 827		00107, 00106
68	Martinho da Rocha Nadais e esposa, Maria Augusta Gomes de Almeida Gonçalves Nadais.		1 658	838		Omisso
82	Manuel António Nunes Assunção e esposa, Derminda Rodrigues Fernandes de Assunção.		801	1 012		0280
83	Maria Antónia Soares Noites e marido, Rui Miguel da Costa Marbey Souto.		380	1 021		Omisso
84	Emídio Correia Lameira e esposa, Maria Natália Martins.		1 418	1 018		Omisso
85	Maria Antónia Soares Noites e marido, Rui Miguel da Costa Marbey Souto.		8 645	1 019	1 783	00723, 01065
86	António Martins de Pinho e esposa, Zulmira Gomes de Almeida.		3 160	1 020		Omisso
87	Maria Amélia Coutinho dos Santos Pinho de Sousa Dias e marido, Carlos Miranda de Sousa Dias.	Arnaldo Soares de Pinho.	5 700	1 029		01038
88	Adelino Pinheiro Castro e esposa, Maria Madalena Tavares.		1 301	1 022		Omisso
89	Adelino Pinheiro Castro e esposa, Maria Madalena Tavares.		2 250	1 028		Omisso
90	Amadeu Tavares e esposa, Belmira Tavares Almeida.		1 270	1 027		Omisso
96	Amadeu Tavares e esposa, Belmira Tavares Almeida.		1 970	1 025		Omisso
98	José Moreira da Costa e esposa, Maria Emília de Almeida Tavares Costa.		1 206	1 034		Omisso
100	José Fernandes de Almeida e esposa, Florinda Fontes Costa de Almeida.		1 490	1 041		00870
107	António da Costa Lamego		1 490	1 069		Omisso
110	Dinis de Pinho Silveira e esposa, Albina Rosa Santos Silva, Maria José Soares de Pinho, Abílio Pinho Martins Silveira e esposa, Maria de Fátima Tavares Almeida e Abel Pinho Silveira e esposa, Maria Silveira.		3 210	1 044		Omisso
111	Armindo Soares de Almeida e esposa, Natália Augusta de Pinho Soares de Almeida.		1 600	1 047		298
141	Manuel Maria Almeida Tavares e esposa, Maria Aldina Campos Pinho.		1 021	1 024		Omisso

A expropriação destina-se à execução da obra do parque urbano/valorização ambiental da envolvente do rio Viges — 1.ª fase.

Aquele despacho foi emitido ao abrigo dos artigos 1.º, 3.º, n.º 1, e 15.º do Código das Expropriações, aprovado pela Lei n.º 168/99, de 18 de Setembro, no exercício das competências delegadas pelo Ministro de Estado e da Administração Interna, pelo despacho n.º 10 489/2005, publicado no *Diário da República*, 2.ª Série, n.º 91, de 11 de Maio de 2005, e tem os fundamentos de facto e de direito expostos na informação técnica n.º 19/DSJ, de 16 de Fevereiro de 2007, da Direcção-Geral das Autarquias Locais, tendo, ainda, em consideração os documentos constantes do processo n.º 131.032.06, daquela Direcção-Geral.

ANEXO



Despacho n.º 10 763/2007

Com a entrada em vigor da Portaria n.º 573-A/2007, de 30 de Abril, foi fixado o número máximo de unidades orgânicas flexíveis da Direcção-Geral das Autarquias Locais.

Assim, nos termos do disposto na alínea c), in fine, do n.º 1 do artigo 25.º e no artigo 27.º da Lei n.º 2/2004, determino o seguinte:

1 — Enquanto não forem criadas as novas unidades flexíveis, tendo em conta a estrutura nuclear aprovada pela Portaria n.º 497/2007, de 30 de Abril, são mantidas as comissões de serviço dos titulares dos cargos de direcção intermédia do 2.º grau da Direcção-Geral das Autarquias Locais, com efeitos a 1 de Maio de 2007, que a seguir se indicam:

Marília de Fátima Real Pimenta Martins da Silva no cargo de chefe de divisão de Programas e Projectos.

Dulce de Jesus Gonçalves Dias no cargo de chefe de divisão de Análise Financeira.

Carla Margarete Assunção Reis Amador Mendes no cargo de chefe de divisão de Gestão Financeira.

José Luís Pereira Calado no cargo de chefe de divisão de Acompanhamento e Avaliação.

Maria do Rosário Mendes Lindo no cargo de chefe de divisão do Centro de Documentação.

Luís Manuel Ruivos Fernandes no cargo de chefe de divisão de Estatística e Gestão de Informação.

2 — As unidades flexíveis referidas mantêm-se na dependência directa do titular de cargo de direcção superior que mantinham até à presente data.

2 de Maio de 2007. — A Directora-Geral, Eugénia Santos.

Despacho n.º 10 764/2007

Com a entrada em vigor da Portaria n.º 497/2007, de 30 de Abril, foi aprovada a estrutura nuclear dos serviços e as competências das respectivas unidades orgânicas da Direcção-Geral das Autarquias Locais (DGAL).

Assim, nos termos da alínea c), in fine, do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, é mantida a comissão de serviço do titular do cargo de direcção intermédia de 1.º grau da Direcção-Geral das Autarquias Locais, com efeitos a 1 de Maio de 2007, licen-

ciado José Fernando Inácio, no Departamento de Serviços Gerais, abreviadamente designado por DSG.

2 de Maio de 2007. — A Directora-Geral, Eugénia Santos.

Despacho n.º 10 765/2007

Com a Portaria n.º 497/2007, de 30 de Abril, foi aprovada a estrutura nuclear dos serviços e as respectivas competências das unidades orgânicas da Direcção-Geral das Autarquias Locais.

Simultaneamente, com a Portaria n.º 573-A/2007, de 30 de Abril, foi fixado o número máximo de unidades orgânicas flexíveis da Direcção-Geral das Autarquias Locais.

Assim, ao abrigo das disposições conjugadas da alínea f) do n.º 1 do artigo 7.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, e do n.º 5 do artigo 21.º da Lei n.º 4/2004, de 15 de Janeiro, determino:

1 — São criadas as seguintes unidades flexíveis nos serviços da Direcção-Geral das Autarquias Locais:

a) No Departamento para a Modernização e Assuntos Jurídicos:

Divisão para a Inovação e Consultadoria (DIC), para o exercício das competências previstas nas alíneas b) a c), i), l), o) a p) e r) a u) do artigo 2.º da Portaria n.º 497/2007, de 30 de Abril;

b) A funcionar junto do Departamento para as Finanças Locais:

Divisão para a Gestão e Acompanhamento de Projectos (DGAP), para o exercício das competências previstas nas alíneas l) a s) do artigo 3.º da Portaria n.º 497/2007, de 30 de Abril;

Divisão para a Gestão e Análise Financeira (DGAF), para o exercício das competências previstas nas alíneas a) a b), e), h) a j) e s) do artigo 3.º da Portaria n.º 497/2007, de 30 de Abril;

c) A funcionar junto do Departamento de Organização e Gestão de Sistemas de Informação e Comunicação:

Divisão de Documentação e de Divulgação (DDD), para o exercício das competências previstas nas alíneas a) a h) e s) do artigo 4.º da Portaria n.º 497/2007, de 30 de Abril;

Divisão de Sistemas de Informação (DSI), para o exercício das competências previstas nas alíneas i), l), o), q) a s) do artigo 4.º da Portaria n.º 497/2007, de 30 de Abril;

É ainda atribuída a esta Divisão a competência para a gestão do Programa de Equipamentos Urbanos de Utilização Colectiva, a qual é exercida na dependência directa do director-geral.

2 — Compete aos directores de departamento afectar o respectivo pessoal às competências.

3 — O presente despacho produz os seus efeitos a partir da data da sua assinatura.

14 de Maio de 2007. — A Directora-Geral, Eugénia Santos.

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
E MINISTÉRIO DAS FINANÇAS
E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Despacho n.º 10 766/2007

O Instituto Nacional de Emergência Médica (INEM) possui uma estrutura organizacional complexa que inclui recursos humanos com conhecimentos técnicos diferenciados e treino específico adequado às diferentes áreas de desempenho de funções, imprescindíveis à boa prestação de serviços à população.

No que concerne aos técnicos de ambulância de emergência, são, em matéria de pessoal, recursos essenciais ao cabal desempenho das atribuições do INEM.

A necessidade de aumentar o número destes técnicos prende-se com a cessação da actividade desenvolvida, há vários anos, pela Polícia de Segurança Pública, no âmbito da emergência médica pré-hospitalar que envolvia a participação de 202 agentes, técnicos de ambulância.

De igual modo, o INEM carece de proceder à substituição dos profissionais que desde 2005 deixaram de exercer funções neste Instituto, sob pena de reduzir de modo significativo a sua actividade.

Pelas razões expostas, justifica-se a adopção de uma medida de descongelamento excepcional que permita o alargamento do mapa de pessoal do INEM, aprovado pelo despacho n.º 2847/2007, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 40, de 26 de Fevereiro de 2007.

Assim, ao abrigo do n.º 7 do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 41/84, de 3 de Fevereiro, com a redacção que lhe foi dada pelo artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 215/87, de 29 de Maio, determina-se que são descongelados, com carácter excepcional, 127 lugares do mapa de pessoal do Instituto Nacional de Emergência Médica, em regime de contrato